

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio
Antônio Aguiar

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Faz uma breve narração das atividades que desenvolveu no interior do estado, bem como comenta o evento de entrega de comenda do Legislativo, em que homenageou Arno Buerger Filho, personalidade de destaque de Blumenau. Noticia o evento nacional que está sendo realizado na UFSC sobre o tema amamentação e alimentação complementar saudável.

Discorre sobre as várias manifestações que ocorrem no Brasil referentes à PEC n. 55 e a outras decisões do governo Temer. Entende que tais medidas trarão retrocesso ao país, que haverá congelamento de investimentos na área da saúde e

educação, que atingirá o salário mínimo, a assistência social e prejudicará o SUS.

Manifesta-se contrária ao fechamento das agências do Banco do Brasil no estado, questionando o fato, uma vez que se trata de uma instituição com alta lucratividade. Indaga por que o governo do estado não eliminou as 36 agências regionais de desenvolvimento e, no momento, envia para a Casa Legislativa projeto que extingue algumas autarquias, como a Cohab.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Diverge da deputada em alguns pontos, mas comunga da mesma opinião quanto ao fechamento de agências do Banco do Brasil no estado catarinense.
[Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Manifesta-se com relação à LDO e o PPA, fazendo uma análise sobre a região oeste. Demonstra preocupação com obras estruturantes, uma vez que o governo estadual, através do Projeto de Lei n. 0312/2016, prevê redução drástica dos valores destinados à região, e cita importantes obras que serão prejudicadas pela redução das verbas, como o contorno viário leste e o aeroporto de Chapecó, que precisa de novo terminal de passageiros, nova pista e instrumentos de operacionalização em dias de neblina e chuva.

Menciona a audiência pública que presidiu em maio de 2012, com a presença do prefeito José Cláudio Caramori e o secretário da Infraestrutura, quando o governo do estado anunciou que iria priorizar investimentos na melhoria do aeroporto, frisando que a iniciativa não saiu do papel. Declara que a região oeste é discriminada relativamente aos investimentos destinados aos demais municípios e à capital catarinense.
[Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Faz uma análise do Projeto de Emenda Constitucional n. 6.4, que obrigaria às prefeituras a publicarem todos os atos administrativos em jornal local ou

microrregional, afirmando que tal medida aumentaria significativamente os gastos públicos dos municípios. Comenta a audiência pública realizada na presente data com prefeitos e representantes da Fecam e da imprensa catarinense para tentar encontrar uma alternativa exequível para o texto da referida PEC. Também, saúda lideranças de Imbuia presentes na Assembleia, reivindicando pleitos do município.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Suspende a sessão para o lançamento do projeto Qualifica, Mandato de Excelência e a assinatura do Termo de Cooperação do Tribunal Regional Eleitoral - TRE. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0228/2016, 0260/2016, 0404/2016, 0420/2016, 0432/2016, 0444/2016, 0479/2016, 0485/2016, 0534/2016, 0541/2016, 0580/2016, 0587/2016, 0610/2016, 0627/2016, 0641/2016 e 0645/2016.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0105/2016, 0128/2016, 0241/2016, 0305/2016, 0351/2016, 0356/2016 e 0558/2016.

Não há emendas às redações finais.

Em votação os projetos de lei lidos.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Neste momento, passo à condução dos trabalhos ao deputado Gelson Merisio.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0216/2016, de procedência da comissão de

Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frei Rogério, de Curitiba.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2016, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Conta com parecer contrário da comissão de Finanças e Tributação à emenda modificativa apresentada em Plenário.

Em discussão o projeto com a emenda destacada.

(Pausa)

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero apenas chamar a atenção aqui que, em relação ao Projeto de Lei n. 0222/2016, foi encaminhado um pedido de informação no dia 27 de outubro e ainda não recebemos as respostas, e o deputado Darci de Matos tem uma reunião, hoje, às 17h, para tratar deste problema. Então, sr. presidente, solicito a retirada do referido projeto da pauta de hoje e a inclusão na pauta de amanhã, se possível.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputada Luciane Carminatti, este projeto foi

reiteradamente retirado de pauta e amanhã não teremos quórum para deliberá-lo. Estamos chegando ao final do mês de novembro e trata-se de uma questão orçamentária, e não financeira, por isso, há uma solicitação por parte do governo em apreciarmos a matéria, independentemente de aprovar ou rejeitar, que é uma prerrogativa parlamentar, todavia, se o líder do governo entender que é possível que a matéria seja deliberada na semana que vem eu não faço nenhuma objeção, estou apenas apresentando a situação, pois, como todos já sabem, a referida matéria foi retirada de pauta por duas ou três semanas, houve todo um processo sem nenhum açodamento, agora, no entanto, em função da questão orçamentária, estamos correndo contra o tempo, mas se o líder do governo entender que é possível, não sou eu que vou impedir a retirada da matéria da pauta de hoje.

Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com relação à demora do Executivo em responder o pedido de informação da deputada Luciane Carminatti, não resta dúvida que ela tem razão, precisamos dar mais celeridade às respostas aos parlamentares, mas como bem disse v.exa., trata-se de uma questão orçamentária, e essa suplementação dará condições de pavimentação e de recuperação para mais de uma dezena de rodovias no estado de Santa Catarina. Estamos correndo contra o tempo para aprovar este projeto, e posso garantir aqui que em outros momentos daremos celeridade às respostas aos parlamentares para clarear sempre os projetos em pauta nesta Casa.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Darci de Matos, pergunto se vamos votar hoje ou não?

DEPUTADO DARCI DE MATOS - A posição do governo é de votar no dia de hoje!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Sendo assim, com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti, para discutir a matéria e a emenda destacada.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATI - Eu quero chamar a atenção dos deputados para esta matéria, porque é extremamente relevante. Todos os deputados são cobrados em suas regiões por conta de escolas que estão caindo, que possuem pouca luminosidade, que têm precariedade na garantia da aprendizagem dos nossos alunos.

Por que eu contexto as informações do governo que, oficialmente, desde o dia 27 de outubro não chegaram até esta Casa, e quero dizer aos deputados que aqui não é uma casa de comadres, não é qualquer lugar, aqui é uma Casa de leis. E se é uma Casa de leis, os nossos pedidos de informação, os nossos requerimentos precisam ser adequadamente respondidos. Para mim nada adianta vir a resposta amanhã, pois eu votei hoje. Do que adianta a resposta vir amanhã se os deputados vão votar hoje, e o governo teve desde o dia 27 de outubro tempo para responder.

Deputados, nós somente pedimos a prorrogação em função de que esse pedido de informação foi respondido. Quero primeiro esclarecer isso.

E vejam bem como é contraditório essa informação de que o deputado, líder do governo apresenta.

Se é verdade que o Feduc - Faculdade Estadual de Educação -, fundo criado em função da lei que nós aprovamos aqui, de financiamento de quatro parcelas de R\$ 750 milhões. Lembram-se disso? Uma parte desse recurso seria para o Feduc, que é um fundo de revitalização da rede física das unidades escolares, composto por R\$ 106 milhões. Se o governo diz que tem a dotação, mas não tem o recurso, e o Deinfra tem o dinheiro, mas não tem a dotação, por que o dinheiro do Deinfra não vai para o Feduc? Por quê? Vamos fazer o vice-versa. Se existem escolas com problemas, assim como têm rodovias com problemas, é verdade, por que o dinheiro do Deinfra não vai para o Feduc? Isso

resolve o problema das escolas. E como resolvemos o problema do Deinfra? Com recursos do Deinfra.

Nós identificamos, inclusive, no orçamento do Deinfra, que há várias fontes que possuem recurso do Deinfra para as rodovias que são necessárias.

Agora, o que não posso concordar é que se acabe com o Feduc, mesmo que o governo diga aqui que é dotação orçamentária, o que eu questiono, porque não foi respondido o meu pedido de informação, então, por que sou obrigada a acreditar no que o governo diz. Aqui não é uma casa de comadres, é uma Casa de Leis e o governo precisa responder. Eu me sinto desrespeitada como deputada, como professora, porque não vieram as respostas em quase um mês. E aí temos que votar e acreditar no governo. Não! Não temos que acreditar no governo ou desacreditar, nós temos que ter o demonstrativo contábil.

Por isso, deputados, quero pedir o voto de v. exas. para colocarmos este Parlamento de pé. Este Parlamento está muito de joelho. Este Parlamento está virando cartório, bate carimbo e volta. Não pode ser assim.

As escolas em todas as regiões de Santa Catarina precisam de investimentos. Já não temos quase nada. Se for verdade que o governo diz que não possui o recurso, tira do Deinfra e joga para o Feduc, ou então, como disse a deputada Ana Paula Lima, hoje, vamos encarar e vez esse problema das ADRs e vamos tirar dinheiro de onde não tem necessidade e vamos colocar naquilo que é necessário e acabar com essas secretarias que servem de cabine político.

Então, nós, da bancada do PT, além de fazer a denúncia de que o voto dos deputados vai contribuir para não ter a reforma das escolas, também quero fazer a denúncia do desrespeito a nossa função parlamentar. Que é ter direito e acesso às informações do governo.

Em terceiro lugar, nós apresentamos uma emenda para ajudar as rodovias e nela nós propusemos, conforme está nos autos do processo, que os R\$ 106 milhões, que saem do Feduc, devam sair do próprio Deinfra para atender a Educação.

Quero destacar as perguntas que nós fizemos ao governo com o objetivo de também tornar o nosso voto mais seguro, mais transparente para não sermos cobrados lá em função das rodovias ou das escolas.

Nós perguntamos ao governo com data do dia 27 de outubro.

(Passa a ler.)

1 - "Há disponibilidade financeira na fonte n. 0.1.91 do Feduc, referente às subações n. 12.842 - Revitalização da rede física nas unidades escolares lote 1 e lote 2, tendo em vista a previsão de recebimento em 2016, de R\$ 750 milhões do contrato de financiamento mediante abertura de crédito aprovada aqui, nesta Casa, conforme a Lei n. 15.855, de 2 de agosto de 2012?

2 - Qual é o saldo atual da fonte 0.1.91 do Feduc? Por que o governo do estado não transferiu os recursos do Feduc, considerando-se o seu cronograma do contrato de financiamento, mediante abertura de crédito n. 13.2.0026.1;

3 - Qual é o saldo atual da fonte n. 0.1.91 do Deinfra?

4 - Por que o governo do estado objetiva realizar anulação e a suplementação de uma dotação orçamentária de uma fonte de recurso com indisponibilidade financeira. Qual é o objetivo dessa suplementação?

5 - Por que foi executada parcialmente a dotação orçamentária do Feduc referente às subações n. 12.842 e n. 12.843, considerando-se o saldo de remuneração de disponibilidade bancária (fonte n. 0.6.85) e os recursos de operação de crédito interna do exercício anterior (fonte 0.3.91);

6 - Apresentar a execução físico-financeira do contrato de financiamento mediante abertura de crédito n. 13.2.0026.1, firmado entre o estado e o BNDES, com vigência até 2016 e valor de R\$ 3 bilhões, cuja operação de crédito foi autorizada pela lei n. 15.855, de 2 de agosto de 2012; e

7 - Apresentar execução físico-financeira do contrato de financiamento, mediante abertura de crédito n. 12.2.0831.1, firmado entre o Estado e o

BNDES, com vigência até 2015 e valor de R\$ 719 milhões, cuja operação de crédito foi autorizada pela Lei n. 15.830, de 30 de maio de 2012."

São essas as perguntas que nós queremos e que precisam ser respondidas, senão, não tem sentido algum no Regimento desta casa constar como uma prerrogativa parlamentar o pedido de informação. Pedido de informação precisa vir antes da votação, senão, de nada adianta porque ele não muda o nosso voto.

E o governo teve quase 30 dias para responder e não teve vontade de responder. Para ter uma ideia, com o objetivo de nós obtermos as informações, fizemos contatos com o Dior - Diretoria de Orçamento da Secretaria da Fazenda -, eles não sabiam explicar; ligamos para o Dial - Diretoria de Assuntos legislativos da Casa Civil -, e ainda nos mandaram ligar para a secretaria do Pacto, mas ninguém sabe de nada e não tem nada oficial. Por que é que eu vou concordar que sejam retirados R\$ 106 milhões de revitalização de escolas e sejam utilizados para obras estaduais. E saibam deputados, que desses R\$ 106 milhões, R\$ 12 milhões são para a ponte Hercílio Luz. É essa ponte que está levando o dinheiro do estado de Santa Catarina. Chega disso!

E as escolas, em todas as regiões, caindo na cabeça de alunos e de professores, sendo interditas pelo Ministério Público. Nós não podemos compactuar. E o Magistério Catarinense precisa do apoio dos deputados para que tenhamos escolas decentes. Esse é o pedido, essa é a denuncia.

Quero pedir para que os deputados votem contra e, respeitosamente, ao deputado líder do governo - sei que v.exa. assumiu agora - quero pedir que isso não aconteça mais, deputado Darci de Matos. Eu me sinto inválida nas minhas proposições aqui, quando se faz um pedido de informação e ele nem sequer é respondido pelo governo, porque eu poderia concordar, contestar, mas ter um documento, e não votar de acordo com aquilo que o governo diz que é, senão, não precisaria Parlamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Como houve acordo sr. presidente, cinco minutos está bom, muito obrigada!

Deputada Luciane Carminatti e deputado Darci de Matos, esta Casa sempre foi célere na aprovação de projetos de interesse da comunidade, mas o governo do estado de Santa Catarina não respeita o Parlamento Catarinense, pois não dá as respostas concretas sobre as incertezas que temos para aprovar os projetos. Um projeto dessa natureza vai inviabilizar tudo aquilo que sonhamos na área da Educação como ter escolas bonitas e bem cuidadas com ginásios de esportes, uma vez que é disso que a nossa juventude, as nossas crianças e os nossos professores precisam.

Vale salientar que ninguém é contra a revitalização das estradas estaduais que realmente estão numa situação precária, inclusive com dificuldade de circular. O que nós não podemos e não vamos aceitar é a retirada dos recursos da Educação que constam no Orçamento e tem a finalidade de garantir as reformas nas escolas estaduais. Vejam bem, a prioridade sempre em um governo nos seus discursos é a saúde e a educação. Parece que quando são eleitos eles esquecem os investimentos na área da Saúde e na Educação. Esse projeto, o mais agravante ainda, é que está sendo retirado recursos do Fundo Estadual da Educação para fazer rodovias.

Todos aqui nas suas cidades, nos seus municípios, nas suas regiões receberam inúmeras denúncias relativas à situação precária que se encontram as centenas de escolas estaduais. Gostaríamos que seus filhos e netos estivessem estudando numa escola, por exemplo, na minha cidade a E. E. B. Comendador Arno Zadrozny, onde chove dentro e não há espaço, também os vestiários tem problema, a quadra de esportes é inexistente e

mesmo assim as crianças estão lá estudando. Se nós queremos adultos melhores, uma população melhor, o investimento deve ser na área da Educação. Muitas escolas no estado estão interditadas, com ginásios fechados oferecendo, inclusive, riscos aos estudantes, aos professores e à comunidade.

Retirar, srs. deputados e sras. deputadas, recursos do Fundo Estadual da Educação, que visa garantir as reformas estaduais, realmente é inaceitável, e mais inaceitável ainda, quando o governo não responde um pedido de informação feito por esta Casa para saber a origem desses recursos, como mencionou a deputada Luciane Carminatti, no final do mês de outubro. Então, estamos votando aqui e será que os senhores e as senhoras sabem o que vamos votar e quem estamos prejudicando? Eu respondo: a nossa comunidade escolar.

Também gostaria de dizer que este projeto também está tirando recursos da Educação para destinar R\$ 12 milhões para a Ponte Hercílio Luz.

Olha, o governador Luiz Henrique, quando era governador, que Deus o tenha, já espalhava no estado de Santa Catarina *outdoors* sobre essa Ponte Hercílio Luz. Nós estamos no segundo mandato do governo Colombo e esta ponte não sai. Está igual, deputado Neodi Saretta, àquela igreja, em Barcelona, a Igreja Sagrada Família, do arquiteto Gaudí, que há 250 anos em obras e continua inacabada, mas, deputado Neodi Saretta, lá pelo menos, tornou-se um local de turismo, no caso da Ponte Hercílio Luz é colocado dinheiro, mais dinheiro, mais dinheiro, é discurso de governo, sai governo, entra governo e a ponte não sai, meus amigos. Como é que vamos tirar esse recurso mais uma vez para fazer investimentos nessa área? Mais uma vez estamos lesando a educação no estado de Santa Catarina. Mais uma vez estamos lesando os nossos professores, os estudantes e a comunidade, que tem os filhos nessas escolas.

Por isso, quanto à emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores, gostaria de dizer que somos a favor da revitalização das rodovias, mas tirem de outro lugar, senhores, tirem das secretarias regionais, que é um cabidago de

emprego e não funcionam, tirem de outros lugares, não da área da Educação e da Saúde, que é um primor de todos nós. Está sempre nos nossos discursos que temos que melhorar a saúde e a educação como que agora iremos tirar dinheiro da Educação para colocar na Infraestrutura? O meu voto srs. deputados, já declarando aqui, é contra esse projeto se não for acatada a emenda do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero me somar à fala de duas mulheres, de duas mães, que representam bem a nossa bancada, as deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima, e eu como pai, cujas filhas estudam ou estudaram em escolas públicas estaduais, luto muito pela educação de qualidade em Santa Catarina porque entendo os estudantes de escola pública também merecem qualidade, e não uma escola mal cuidada, que chove dentro, em condições ruins.

Eu sou um dos que usam muito a tribuna e aqui tenho cobrado permanentemente a reestruturação das nossas rodovias, mas é totalmente contraditório virmos aqui retirar recursos da Educação para investir em Infraestrutura, temos que ter outras alternativas. O próprio Michel Temer fala tanto em educação e agora vai retirar recursos da Educação para colocar não sei onde, principalmente do Sistema Financeiro.

Também gostaria de registrar que temos enviado inúmeros pedidos de informações sobre diversos temas e, infelizmente, as respostas demoram demais para vir, comprometendo demais o nosso trabalho.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, trata-se de um projeto orçamentário, de iniciativa

do Executivo, com o objetivo de fazer uma transposição orçamentária. Gostaria de dizer que sendo o dinheiro de um caixa único e governo pode colocar onde quiser. Ao longo da minha caminhada política tenho discursado incessantemente em favor da Educação, pois entendo que quando há dificuldade orçamentária deve-se fazer uma opção. Então, vou continuar latindo e mordendo, pois acho que a Educação tem prioridade.

Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero iniciar dizendo a deputada Luciane Carminatti tem razão quando diz que esta Casa não é um lugar qualquer, e muito menos uma votação qualquer, e temos que primar pela verdade dos fatos, pois está-se tentando induzir os deputados ao erro porque, em primeiro lugar, para diligências há o tempo de duas sessões, e pedido de informação o tempo para resposta é de 30 dias, e isso está no Regimento. Dito isso, se o referido projeto entrou a esta Casa no dia 22 de julho e a deputada Luciane Carminatti encaminhou o pedido de informação apenas no dia 27 de outubro. Talvez a sua assessoria tenha que ser um pouco mais atenta, deputada Luciane Carminatti.

Em segundo lugar, o Fundo Estadual da Educação não possui disponibilidade financeira na Fonte 1.91, possui orçamento, portanto, vir aqui querer jogar o Parlamento Catarinense contra a população e os professores é desonesto. Nós não estamos tirando dinheiro da Educação para revitalizar ou para pavimentar rodovias, essa afirmação não é correta, não é séria, temos que clarear para quem nos acompanha que estamos mexendo no orçamento, que é diferente do financeiro, de uma fonte que não tem o financeiro, para suplementar o Deinfra, que tem o financeiro e que não tem o orçamento.

Isso deve ser dito! Isso tem que ficar claro. Agora, afirmar que estamos tirando dinheiro da Educação, das crianças, dos pais, das mãezinhas, para fazer rodovias? Não façam isso, deputadas Ana

Paula Lima e Luciane Carminatti, pois o debate deve ser em elevado nível.

Quero, portanto, concluir que o governo do estado tem cumprido com a Constituição, tem investido 25% do seu Orçamento na Educação, agora, o que foi dito aqui, que tem que tirar dinheiro do Deinfra para levar recursos para a Educação, é uma questão de gestão. O governo deve cumprir com os 25% para a Educação e sempre cumpriu. Portanto, quero finalizar dizendo que o governo entende que o projeto está aqui há meses e que precisamos votá-lo porque se trata de uma readequação para que Santa Catarina possa continuar com as contas equilibradas, sempre respeitando a Constituição, e ninguém em sã consciência votaria para tirar dinheiro da Educação de Santa Catarina para estradas. É assim que o governo trabalha!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANTE CARMINATTI - Primeiramente gostaria de dizer ao deputado Darci de Matos que, se o governo respondesse oficialmente talvez pudéssemos entender aonde foi para o recurso do Feduc e, se trata realmente de dotação orçamentária ou não, mas como o governo não respondeu e v.exa. utilizou de argumentos que, na minha avaliação, são acessórios e não referem-se à questão central, quero saber a verdade. São R\$ 750 milhões, em quatro parcelas, aprovados nesta Casa, quanto foi para o Feduc para dizer que não tem dinheiro? E se o contribuinte de Santa Catarina paga seus impostos e só tem um caixa de entrada, se esse recurso, como muito bem disse o deputado Fernando Coruja, se o recurso está no Deinfra ele pode ir para a Educação também. Então, estamos fazendo, sim, uma opção aqui de não colocar dinheiro na Educação para reforma das escolas.

Portanto, quero solicitar votação nominal, no painel eletrônico, de todos os quarenta deputados.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação a emenda.

Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a orientação da bancada é pela rejeição da emenda.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Quem votar "sim" aprova a emenda, e quem votar "não" rejeita a emenda de Plenário.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MANOEL MOTA	não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 19 votos "não".

Está rejeitado o destaque.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, solicito votação nominal no painel eletrônico.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputada Luciane Carminatti, vou ler os nomes dos deputados que votaram contra, que é a mesma votação.

Agora votaremos o projeto sem emenda.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário das deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima, e dos deputados Dirceu Dresch, Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0045/2016, de autoria da

deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual de conscientização sobre o Orçamento Familiar, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0065/2016, de autoria do deputado Gelson Merisio, que revoga a Lei nº 16.005, de 2013, que disciplina a taxa de conveniência e a taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela *internet*, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0067/2016, de autoria do deputado Natalino Lázare, que institui a Campanha de Divulgação dos Direitos do Idoso, no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0077/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a prestação de assistência especial a parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência ou patologia crônica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0172/2015, de autoria do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre a realização da edição anual dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (Parajasc).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desportos, e de Humanos e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0438/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a publicação, na *internet*, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas, exames e

intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Saúde.

Em discussão.

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Projeto aprovado, mas o deputado Antônio Aguiar, como autor, tem a prerrogativa da palavra.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sras. deputadas e srs. deputados, colegas de Parlamento, o *Projeto de Lei n. 0438/2015* que estamos prestes a votar se reveste da maior importância para a sociedade catarinense, pois trata de uma questão fundamental para quem precisa de apoio na rede estadual de saúde, que é a transparência nas listas de espera para consultas, exames, procedimentos ou precisa passar por uma intervenção cirúrgica.

Há poucos dias foi deflagrada uma operação do Gaeco que resultou em prisões de pessoas que promovem o indesejado fura fila, que nada mais é que um jeitinho para colocar alguém na frente usando tráfego de influência, que é uma atitude que a sociedade condena.

Apresentei esse projeto de lei há um ano, e desde então recebi manifestações favoráveis de representantes do Ministério Público, foi aprovado na CCJ, na comissão de Serviço Público e na de Saúde.

Foi aperfeiçoado com modificações apresentadas pelo deputado Fernando Coruja em um substitutivo global. Contou com relatorias favoráveis do líder de minha bancada, deputado Valdir Cobalchini, e do próprio Coruja. A deputada Luciane Carminatti também examinou a proposta com muita atenção, antes da matéria chegar ao plenário.

A ideia apresentada pretende permitir ao cidadão acompanhar, desde o momento em que solicitou uma consulta, o exame, o procedimento ou lhe foi determinada a programação de uma cirurgia eletiva, saber quantas pessoas estão na sua frente e, a partir daí, acompanhar a evolução da fila,

por meio da publicação sistemática de listas na *internet*, por tipo de procedimento ou especialidade, em que a privacidade também é preservada, pois ao invés do nome do paciente será divulgado seu *RG* ou *CPF*.

É, portanto, uma matéria de grande relevância para a sociedade, motivo pelo qual peço o apoio unânime das senhoras deputadas e dos senhores deputadas presentes neste Plenário. Ao aprovar o projeto, estamos atendendo ao desejo da sociedade catarinense.

Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

DEPUTADO JOÃO AMIN - Deputado Antônio Aguiar, autor dessa proposição, gostaria de dizer que no momento inicial, na primeira leitura rápida da ementa do seu projeto eu fiquei um pouco incomodado exatamente por isso que o senhor acabou de falar: a privacidade do cidadão, da cidadã, que está num momento difícil, às vezes esperando uma simples consulta e às vezes esperando um procedimento cirúrgico mais complexo.

Estudando um pouco mais o seu projeto pude constatar que ele vai agregar muito a todos, e queria, de coração, parabenizá-lo pela iniciativa, e também os órgãos envolvidos nesse projeto, a exemplo do Ministério Público, na pessoa da dra. Ariádine, que acompanhou periodicamente o andamento desse projeto, e os demais envolvidos, tanto da Assembleia quanto da secretaria de Saúde, porque a pessoa que está num momento de fragilidade precisa, pelo menos, de um alento, e às vezes, a expectativa do prazo, com essa transparência positiva, mantendo a privacidade, é muito importante.

Então, votaremos com o projeto, desejando que a transparência e a privacidade do cidadão de bem, que precisa da atenção na Saúde, seja cada vez mais valorizada, preservada e, se Deus quiser, contribua para a agilidade das filas de espera.

Parabéns, deputado Antônio Aguiar e a todos os envolvidos, em nome da Dra. Ariádine, que fizeram parte da confecção dessa boa ideia.

Muito obrigado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado João Amin, muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de parabenizar o deputado Antônio Aguiar e lamentar que exista o famoso QI - Quem Indica. Isso não pode acontecer no serviço público! No serviço público deve-se ter critério, ser técnico e transparente.

Parabenizo novamente o deputado e acrescento que já houve prisões de pessoas que agenciavam para furar a fila. Trata-se de um projeto extremamente importante e já tivemos muitos momentos de divergências, mas esse projeto é importante para Santa Catarina, especialmente às pessoas que precisam de atendimento no sistema de saúde.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, este é um dos projetos mais importantes que esta Casa irá votar. Houve a iniciativa do deputado Antônio Aguiar, e aqui quero fazer Justiça a deputada Luciane Carminatti que no início do ano passado havia, inclusive, encaminhado uma proposta com teor bem parecido ao meu gabinete para discutirmos a matéria, mas depois o deputado Antônio Aguiar apresentou essa matéria, fui incumbido relator, e a matéria acabou se estendendo ao estado inteiro.

Gostaria de dizer que, no meu entendimento, a transparência nas filas trará inúmeras vantagens para todos. Em primeiro lugar, ao cidadão que se angustia com o fato de não saber quando acontecerá um procedimento aguardado, já que a pessoa quando

sabe quando vai acontecer o procedimento há como fazer uma programação, porque nem tudo é urgência.

A segunda questão é que aquele mais pobre, que não tem voz, que não consegue falar, vai ter vez, porque hoje desconfiamos que nessas filas alguém sempre esteja passando na frente. Então, o cidadão terá, sem dúvida nenhuma, oportunidades. Também o sistema será mais justo. É muito caro o sistema de saúde hoje, talvez não consigamos dar tudo a todos, mas temos que fazer Justiça. Em alguns países só se fornece um medicamento quando é possível que ele seja fornecido a todos, de maneira a não se cometer injustiça, alguns países nórdicos, conhecidos por tratarem bem a Saúde.

Haverá no processo de judicialização, e aí está envolvido o Ministério Público e o Judiciário, uma melhoria muito grande porque estes também acabam furando a fila quando o Judiciário concede uma liminar ou quando o Ministério Público despacha um parecer favorável, mas com esse projeto isso não acontecerá, pois haverá uma lista pública, que todos acompanham, e o processo de judicialização tende a diminuir. O setor da Saúde vai economizar muito, pois a fila não é necessariamente para o atendimento, é uma fila única, mas se um município pequeno, a exemplo de Tigrinhos, tem uma AIH - Autorização Interna Hospitalar - para fornecer para uma cirurgia de hérnia, vai dar para o primeiro da fila e ele será operado onde o SUS de saúde fornecer atendimento. Vão aparecer inúmeros hospitais pequenos, que vão se especializar para fazer um procedimento, tendo lucro eles vão querer prestar um atendimento de qualidade, o sistema poderá ser organizado porque, com todo respeito, o sistema de saúde hoje, no estado como um todo é uma desorganização total, o secretário de Saúde estadual não sabe quantas pessoas devem ser atendidas porque não existem informações adequadas, e este projeto permitirá isso.

Então, para concluir, cumprimento o deputado Antônio Aguiar pelo trabalho desenvolvido, acho que será muito propositivo, houve várias mãos nessa confecção, a exemplo da deputada Luciane

Carminatti, do deputado Valdir Cobalchini, deste deputado, na elaboração do texto, e esperamos que, a partir do texto aprovado, que o governo não vete, como vetou o projeto de lei de fornecimento de análogos de insulinas - inclusive vou pedir apoio para a derrubada deste veto -, pois é um absurdo vetar um projeto desse, e que a partir da aprovação que a secretaria estadual da Saúde implemente na prática para que haja uma grande melhoria na saúde do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, quero me somar à proposição de v.exa. no que dispõe sobre a publicação dessa lista, até porque existem muitos municípios que, infelizmente, atendendo questões burocráticas...

A fila existe e, aliás, com o devido respeito a deputada Luciane Carminatti e ao deputado Dirceu Dresch, mas atualmente o SUS é que o governo anterior errou muito na sua gestão, eu duvido que no SUS estejam agindo corretamente e eu desafio que v.exa. procure alguém com cálculo renal ou com cálculo obstrutivo, que pode levar à destruição renal, que foi operado pelo SUS por essa fila que o SUS organizou. Se alguém encontrar eu entrego o meu CRM. Quem tem cálculo renal entra na fila, porém fica na fila, porque não existe médico para operar. Outro caso: a incontinência urinária. Existe grande número de mulheres que não conseguem essa cirurgia, e como é desconfortável! E muito mais desconfortável é saber, sr. presidente, que existe tratamento, mas as pessoas não têm acesso, porque não tem R\$ 10 mil ou R\$ 12 mil para pagar. Raros são os serviços que fazem a cura cirúrgica da incontinência urinária, mas existe a fila no SUS, ele coloca todos na fila, paciente com hérnia, com fimose ou incontinência urinária. E não acontece nada! Por isso, é muito bom que seja

publicada os nomes que estão na fila, e vamos poder descobrir que em muitos municípios a fila não anda, é só para enganar, é uma forma de dizer que não pode atender.

Eu acredito que agora, sendo lei, sendo obrigatória a publicação da fila, e tomara que aconteça o que o deputado Fernando Coruja falou, de o paciente receber a AIH e possa procurar qualquer hospital no estado que faça o seu procedimento, ele vai poder ir para outra cidade e fazer o seu procedimento, porque do jeito que está agora essa fila é para dizer "não". Muitas pessoas são chamadas tarde demais. Nessa fila que não anda, existem pacientes com câncer de colo de útero, com câncer no testículo que, infelizmente, morrem antes de serem chamados pelo SUS. A fila é a mesma para todos, mas passam dois meses, três meses, ou seja, é mostrada a ineficiência do sistema. E outro detalhe, não estou fazendo crítica ao governo, podem entender como quiser, faz sete meses que o SUS não paga cirurgias eletivas. E fico imaginando, se criarmos uma fila, pelo menos, vamos criar obrigatoriedade para pagar as cirurgias eletivas. E outro detalhe, o governo de Santa Catarina paga um prêmio de R\$ 400,00 ou R\$ 300,00 de acordo com o porte da cirurgia. Eu vi um hospital que está na lista dos sete meses sem receber. E sabe qual é média, sr. presidente? São R\$ 633,80 é o que o governo paga com o prêmio, a média da cirurgia de incontinência urinária, histerectomia, de hérnia, tumor de colo de útero, de tumor de bexiga a média é R\$ 633,80, isso porque tem R\$ 400,00 de prêmio, e se tirar o prêmio sobram R\$ 230,00.

Portanto, se essa fila for publicada vamos poder mostrar ao povo que a fila está parada e aí o governo vai tomar providência.

Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

DEPUTADO DALMO CLARO - Deputado Antônio Aguiar, quero parabenizá-lo pelo projeto, e rapidamente, quero dizer que existem filas e

filas, o seu projeto tem o mérito de organizar uma fila e torná-la transparente, e isso vai obrigar as secretarias de estados e municipais da Saúde a se organizarem para atender a fila de maneira adequada. E mais do que isso, até não exista tanto o "quem indica", mas o pior é que essas listas de espera das secretarias municipais, de hospitais e de médicos estão dispersas e não estão integradas e permitem outros favorecimentos que não são só indicações políticas, mas favorecimentos espúrios, e muitas vezes cobranças adicionais, sabemos que existem, que serão dificultadas.

Em muitos casos também por demorar demais as pessoas acham que não vão ser chamadas, não vão ser atendidas ou que estão passando à sua frente. E aí em alguns casos, a fila vai mostrar que anda certo, mas muito devagar. Parabéns deputado Antônio Aguiar, pelo projeto.

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero primeiro fazer menção que apresentei um projeto com conteúdo semelhante na legislatura anterior que infelizmente foi arquivado, e fico muito feliz hoje que o Parlamento Catarinense dá o exemplo da preocupação com os preceitos constitucionais, que é a publicidade dos atos públicos. E o que estamos fazendo hoje é cumprir com o princípio da transparência que está na Constituição.

E quero também dizer que ouço falar muito que falta muito recurso para a saúde, é isso é verdade. O SUS é um sistema bom, é um exemplo para o mundo, no entanto, cada vez mais, embora concorde que falte recurso, nós precisamos discutir a gestão do recurso, porque se houver recurso público e não tiver gestão adequada, vai ter o fura fila, vai ter indicação, vai ter o cidadão pobre que irá trocar o voto para a fila andar, e não estamos falando de questões distantes, no meu município, Chapecó, no momento,

a vereadora mais votada, com seis mil votos, está condenada a perder o registro da candidatura, perder o mandato, porque foi secretária da saúde, e há o questionamento, claro, respeitando o direito de ampla defesa, mas há denúncia da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, justamente pelo uso indevido da situação, e que nós agora vamos apurar.

Então, não adianta lá em Chapecó dizer que a Dilma Rousseff mandou pouco dinheiro, e que o Michel Temer agora vai também mandar pouco dinheiro, se não cuidarem do dinheiro que existe a Saúde não vai funcionar.

Estou feliz por este projeto ser aprovado e quero destacar, deputado Antônio Aguiar, que hoje fez contato comigo e pedi que entrasse em contato com v.exa. e com o deputado Fernando Coruja também, com o presidente da Casa e com o líder do governo, o Geraldo Azzolini, secretário de saúde e que faz parte do conselho dos secretários municipais de saúde, e que solicitaram que o projeto não fosse votado, porque tinham como objetivo que fosse adequada uma emenda ao sistema de regulação nacional. Não foi informado que o projeto já estava em pauta, mas quero manifestar que mesmo aprovando a lei e ela é positiva, porém que o diálogo tem que continuar para adequarmos ao sistema de regulação que já existem, que são públicos e podem ter padrão único para todos os municípios e estados da nação. Com certeza sou favorável ao projeto.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente, a transparência no serviço público deve existir, sabemos que quando as pessoas estão desesperadas ela passa a procurar pessoas de salvação e muitas vezes a falta de transparência permite que pessoas se aproveitem dizendo que vão

resolver, seja dentro do hospital ou fora dele, e querem, muitas vezes, levar vantagem.

Trata-se de um importante projeto para a Saúde, para a segurança das pessoas, para a segurança da rede hospitalar, da própria secretaria e de todas as pessoas envolvidas no processo como um todo.

Parabém pelo projeto, deputado Antônio Aguiar!

Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Valduga.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero parabenizar v.exa. deputado Antônio Aguiar, sei que foi uma delonga para que pudéssemos, neste dia, apreciar este importante projeto que, sem dúvida, vai permitir o acompanhamento das filas da saúde pública no estado de Santa Catarina. E nós temos que avançar muito mais ainda. E este projeto vai permitir, com certeza, que os pacientes, diante dos procedimentos, consigam se organizar melhor, até porque temos exemplos no estado, em diversos municípios, de várias manipulações, o dando que se recebe, e que muitas vezes coloca em constrangimento parlamentares ou o próprio Executivo. Isso vai fazer com que acabem essas questões e que os pacientes possam melhor se programar para os seus procedimentos.

Então, quero parabenizar v.exa., deputado Antônio Aguiar, e as demais pessoas envolvidas, sei que foi um projeto muito debatido, muito discutido, houve também divergências, mas houve um consenso e, portanto, o projeto restou aprovado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0530/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que

comercializam produtos alimentícios assegurarem ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, o direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, a sua escolha, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Taquígrafa-Revisora: Renata]

Explicação Pessoal

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Faz o registro do incêndio no Museu da Paz, na cidade de Frei Rogério, que abrigava o acervo relativo à Segunda Guerra Mundial e um dos três sinos da paz, tradição da cultura japonesa, manifestando solidariedade à comunidade nipônica radicada em Santa Catarina, e solicita aos parlamentares disponibilizar a Casa Legislativa para contribuir na reconstrução do importante museu.

Anuncia a sua visita ao Consulado do Japão, em Curitiba, oficialmente convidando o cônsul para participar da Semana de Amizade, Brasil/Japão, a ser realizada de 13 a 17 de dezembro, na Assembleia, possibilitado estreitar os laços comerciais entre os dois países, uma vez que o governador Raimundo Colombo pretende viajar ao referido país no próximo ano.

Por fim, comunica a realização do Seminário Circulação, Transporte e Logística no estado de Santa Catarina, quinta-feira, às 14h, no plenarinho desta Casa Legislativa.

Retorna ao tema sobre a proposta de demissão em massa de funcionários do Banco do Brasil, manifestando preocupação sobre essas medidas no momento difícil em que passa a economia brasileira, e clama por um debate sobre essas questões que envolvem compromisso social ao povo brasileiro.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo relevante assunto, todavia, enfatiza que atualmente o Banco do Brasil posiciona-se na contramão de seu papel que é fomentar ao seu cliente como banco público, e não agindo como qualquer agência privada, oferecendo empréstimo com juros exorbitantes, e baixa remuneração da poupança. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Refere-se aos comentários em relação à extinção dos partidos populares e a criação de um novo partido, comentando que não é o futuro do PT e pensa que, por suas lutas históricas, continuará sendo de esquerda, do trabalhador e trabalhadora, pois fez grandes transformações sociais para o povo brasileiro. Acredita que o Congresso Nacional não irá realizar a reforma política profunda que se faz necessária e que apenas empresários serão candidatos devido ao financiamento de campanha.

Menciona sua posição e preocupação relacionada ao fechamento de agências do Banco do Brasil em Santa Catarina e no Brasil, ao dizer que no governo Lula priorizou-se o serviço público à sociedade brasileira e enfatiza que a referida instituição caminha para a privatização. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Registra que recebeu da presidente da Federação Catarinense dos Municípios um manifesto sobre a crise financeira e econômica e em defesa dos municípios catarinenses. Declara que os dados são estaremcedores, e a quebradeira, que começou no Rio de Janeiro, está afetando muitos outros estados brasileiros.

Fala sobre os pronunciamentos anteriores a respeito do fechamento de agências do Banco do Brasil, discordando de alguns parlamentares. Entende que é importante considerar as dificuldades que o país está enfrentando, e que o caráter social do Banco do Brasil não se caracteriza pelo número de agências, mas pela capacidade de conceder financiamentos aos microempreendedores e pequenos empresários. Frisa que nenhum município ficará sem agência, sendo fechadas somente as que estão em grande número, nas mesmas localidades.

Parabeniza a Polícia Civil que amanhã inaugura o serviço aeropolicial que vai atender o sul do estado, com base em Criciúma, fazendo um apelo ao governador do estado para que corrija distorções nas promoções dos policiais civis e do sistema prisional. Compreende e apoia as medidas de contenção de despesas que estão para ser implementadas, ressaltando a importância do respeito ao direito adquirido pela classe para evitar injustiças. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Comenta dados divulgados pelo IBGE relativos à impressionante taxa de desemprego no estado e no país. Preocupa-se que Santa Catarina apesar de ser um estado diferenciado, com uma economia mais equilibrada que a de outros estados na nação, também tenha apresentado aumento no número de desempregados. Ressalta que na temporada de veraneio haverá uma melhora na oferta de empregos, mas considera necessário que o governo fique atento ao problema. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Registra com muita honra a condecoração que recebeu, juntamente com o deputado Gabriel Ribeiro, do Batalhão da Aviação da Polícia Militar de Santa Catarina, e agradece à corporação de Joinville pela homenagem.

Manifesta indignação ao programa Encontro com Fátima Bernardes, onde a apresentadora pediu aos convidados que escolhessem entre salvar um policial levemente ferido ou um traficante

gravemente ferido, e enfatiza que o questionamento causou controvérsia nas redes sociais e indignação à sociedade brasileira pela escolha do infrator em detrimento ao policial. Considera que a pergunta sugere contravenção à lei, prejudicando a imagem da Polícia Militar que defende a sociedade, e argumenta que é uma atitude que compromete o papel educativo de uma rede de televisão de concessão pública no país.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem ao artista plástico Silvio Pleticos. *[Taquígrafa: Elzamar]*